

ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: UM PANORAMA DE 2016 A 2024

ACCESSIBILITY AT UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: AN OVERVIEW FROM 2016 TO 2024

Juliana Camisão¹
Gustavo Cravo de Azevedo²

RESUMO: A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sempre recebeu pessoas com deficiência. Em 2016 houve um divisor de águas com a atualização da lei de cotas para entrada de estudantes na graduação, reforçando que a lei também disciplinava sobre as pessoas com deficiência. Nesse contexto, a universidade retoma os esforços pela consolidação de uma instância voltada à promoção da acessibilidade e da inclusão. O presente artigo apresenta dados de 2016 a 2024, abrangendo um período de 08 (oito) anos. O período estudado foi de recorrente subfinanciamento, o que causa reflexos nas iniciativas voltadas à garantia dos direitos das pessoas com deficiência, pois a verba do Programa Incluir não se mostra suficiente para, sozinha, promover plena acessibilidade e inclusão na universidade. Apresentamos um levantamento de dados não só orçamentários como também referentes a alunos com e sem deficiência, buscando demonstrar se o fluxo estudantil dos primeiros está pareado com o dos segundos. Detectamos que houve demora na institucionalização efetiva de um órgão imbuído da atribuição de promover a igualdade para pessoas com deficiência, causando atraso no debate dentro da comunidade universitária sobre o tema. Apresentamos como resultados que a instância administrativa precisa ser fortalecida em equipe e também em financiamento para dar conta da justa e necessária inclusão das pessoas com deficiência. Observamos que novos estudos que se aprofundem nas causas de evasão e retenção, bem como que mapeiem a situação da acessibilidade em cada unidade da UFRJ podem contribuir para o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas com deficiência, UFRJ, Acessibilidade, Ensino Superior, Programas e Financiamento.

ABSTRACT: The Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) has always welcomed people with disabilities. There was a watershed moment in 2016, when the universities access quota law began to regulate the access of people with disabilities to the university. In this context, the university resumes its efforts to consolidate a bureau to promote accessibility and inclusion. This article presents data from 2016 to 2024, covering a period of 08 (eight) years. The period studied was one of recurrent underfunding, which has repercussions on initiatives that aim to guarantee the rights of people with disabilities, as the funds from the *Incluir* program are not sufficient to promote full accessibility and inclusion in university. We present data not only on the budget but also on students with and without disabilities, seeking to demonstrate whether the student development of the former is in line with that of the latter. We noticed that it took some time to institutionalize effectively a bureau charged with promoting equality for people with disabilities, which caused a delay in the debate on the topic within the university community. We present as results that it is necessary to reinforce the bureau in terms of team and in funding to provide for the fair and necessary inclusion of people with disabilities. We noticed that future studies that delve into the causes of dropout and delayed course completion, as well as for mapping the accessibility situation in each UFRJ unit may contribute to the topic.

KEYWORDS: People with disabilities, UFRJ, Accessibility, Higher Education, Programs and Funding.

¹ Técnica administrativa na UFRJ, atualmente lotada na Diretoria de Acessibilidade (DIRAC) UFRJ. Especialista em Administração Universitária Federal.

² Técnico em Assuntos Educacionais na UFRJ. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-Rio.

1. INTRODUÇÃO

Com o advento da Lei Federal 13.409/2016, que alterou a Lei Federal 12.711/2012³ para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência, estima-se que tenha havido aumento significativo no número de alunos com deficiência no ensino superior. Neste artigo, traçaremos um panorama da situação e perspectivas de institucionalização da acessibilidade e da inclusão na UFRJ. Apresentaremos também dados estimados recentes sobre estudantes com deficiência na universidade.

Aqui não vamos nos limitar a tratar das cotas, mas direcionar nosso olhar às demandas existentes para além dessa política. Com o aumento da presença de alunos com deficiência na UFRJ, pudemos observar o quanto ainda estamos despreparados para oferecer um ambiente justo e igualitário que respeita a diversidade humana. As cotas são apenas uma porta de entrada. Acessar um ambiente inadequado não é justo nem inclusivo. É necessário haver políticas públicas eficazes para adequar o ambiente e a estrutura que pessoas com deficiência encontram nas universidades. Políticas que garantam que possam concluir sua formação com um aproveitamento realmente satisfatório.

Dada a conjuntura descrita, optamos por um recorte temporal de oito anos: 2016 a 2024. Na data de escrita deste artigo, as informações sobre 2024 são ainda parciais e passíveis de sofrerem alterações. Optamos por mantê-las ainda assim pois julgamos relevante trazer dados atuais. Embora cientes do histórico recente, temos a expectativa de que em 2024 não haja contingenciamento. É com essa ideia em mente que utilizamos no texto os valores de orçamento do ano corrente.

Hoje a UFRJ conta, em sua Administração Central, com uma Diretoria de Acessibilidade – DIRAC, atualmente integrante da Superintendência Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade – SGAADA. Abordaremos aqui iniciativas da Diretoria, questões orçamentárias e perspectivas para o ano atual, buscando interpretar os dados encontrados acerca do quantitativo de alunos e do orçamento utilizado pela DIRAC em específico e pela UFRJ em geral. Neste contexto, contamos com a presente introdução, três seções e uma conclusão. A primeira seção irá apresentar a lei de cotas e sua relação com as pessoas com deficiência e como a UFRJ reagiu a essa demanda da sociedade por inclusão.

³ No momento da escrita deste artigo, já estavam em vigor as novas alterações da Lei 12.711/2012, trazidas pela Lei 14.723/23. Entre as principais atualizações, estão a redução da renda familiar de um salário-mínimo e meio para um salário-mínimo, para o ingresso no ensino superior pelo perfil socioeconômico, e a inclusão da população quilombola.

Abordará também o subfinanciamento crônico da universidade ao longo desses oito anos e as difíceis decisões da gestão sobre onde colocar verba, já que as demandas são muitas. A segunda seção trará informações sobre demandas por acessibilidade na UFRJ, com um breve histórico dos passos dados para chegar aonde estamos. Na terceira seção, apresentaremos dados relacionados à temática, tais como número de alunos com e sem deficiência, financiamento do Programa Incluir⁴ e a opção de uso dessa verba rubricada pela universidade. Por último, apresentaremos nossa conclusão concatenando os temas debatidos ao longo do artigo.

2. O SUBFINANCIAMENTO DA UFRJ ENTRE 2016 E 2024

Nesta seção, vamos abordar o subfinanciamento pelo qual passou a UFRJ em nosso recorte temporal escolhido, entre 2016 e 2024 (UFRJ, 2017; SINTUFRJ, 2023, AdUFRJ, 2024). Conforme os dados e reflexões abaixo vão demonstrar, houve insuficiência de recursos para a universidade. Quando o orçamento disponível não é o adequado, também as questões de acessibilidade não têm como encontrar respaldo. Como exemplo, podemos citar o contrato que mantém intérpretes de Libras terceirizados na UFRJ, que sofre com recorrentes atrasos no pagamento, chegando a refletir em atrasos na remuneração dos profissionais e até mesmo ocasionar paralisação na prestação dos serviços. E, como sabemos, além de todos os problemas de infraestrutura, ausência de bolsas permanência para alunos pobres, etc, a insuficiência de recursos gera disputas internas. Os gestores da universidade, em momentos de poucos recursos, ficam sob pressão e precisam, muitas vezes, fazer escolhas difíceis. É neste cenário que foi criada a Diretoria de Acessibilidade (DIRAC) em 2018.

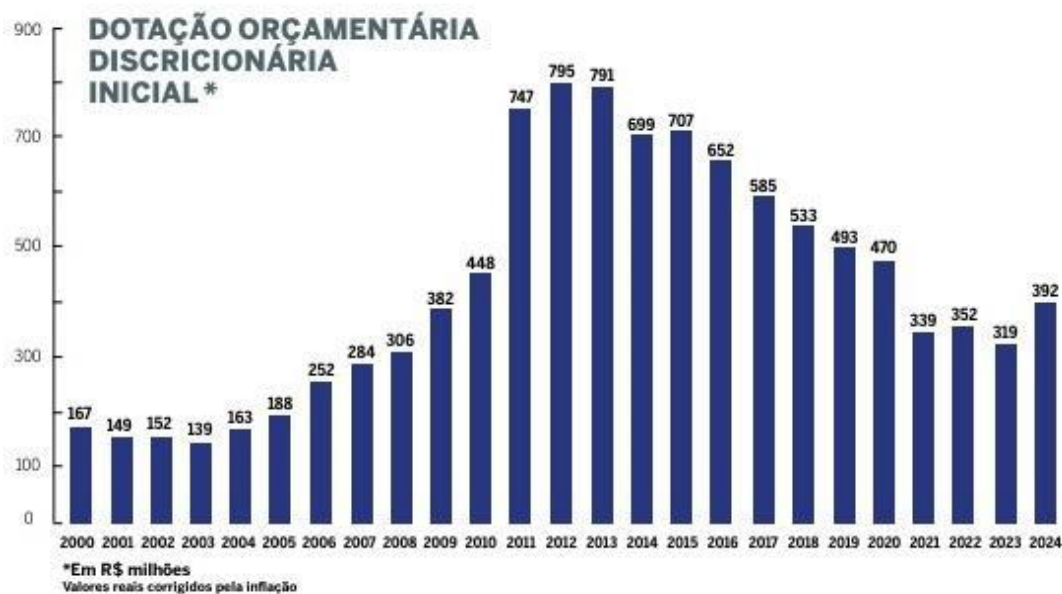
No Brasil, em 2024, temos 69 universidades federais. Algumas sendo chamadas de supernovas, já que são muito recentes. Citamos esse exemplo para demonstrar que a situação é muito diferente entre elas. A UFRJ, nosso objeto de estudo, fez 100 anos em 2020. Nós temos prédios da época em que o país era um Império, ao exemplo do Museu Nacional. Como conseguimos manter esses prédios e o patrimônio histórico com recursos reduzidos? Às vezes,

⁴ O Programa Incluir – acessibilidade na educação superior é executado por meio da parceria entre a Secretaria de Educação Superior - SESu e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, objetivando fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade. Maiores informações em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>.

não conseguimos, ao exemplo do incêndio que atingiu o prédio da Reitoria em 2016 (IPPUR, 2023), do incêndio que atingiu o Museu Nacional em 2018 (MUSEU NACIONAL, 2018), e o mais recente problema estrutural com o desabamento de parte do teto de nossa Escola de Educação Física e Desportos em 2024 (MARQUES, 2024a). Exemplos não faltam dos problemas gerados pela falta de financiamento. Marques (2024b) demonstra que a recuperação adequada da infraestrutura do total de prédios da UFRJ com problema custaria R\$ 790 milhões. O valor impressiona.

A realidade de boa parte dos brasileiros é de renda de meio salário-mínimo per capita familiar. Os 40% mais pobres de nossa população estão entre os que possuem uma renda de até R\$ 527,00 por pessoa da família (MIATO, 2024). E esse valor aumentou, era menor. Parte de nossos alunos vem daí, sobretudo após a lei de cotas, já que há um recorte de renda. Dito isso, vale pensar: e nossos estudantes pobres com deficiência? Se a permanência já é um conhecido desafio entre os mais pobres, e quando se trata de uma pessoa com deficiência e a universidade não está adaptada e também não possui dinheiro e nem previsão para realizar as adaptações necessárias? A seção 3 deste artigo irá abordar dados sobre graduação na UFRJ fazendo o recorte entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência com o objetivo de demonstrar se o fluxo escolar está parado. Levantamos a hipótese que o subfinanciamento atrapalha agirmos para melhorar esse fluxo específico.

Figura 1 - Dotação Orçamentária da UFRJ entre 2000 e 2024



Fonte: Dados da Pró-Reitora de Planejamento e Finanças no jornal da AdUFRJ (2024)

A tabela acima pega um período de 24 anos, longo. Escolhemos essa tabela mesmo com nosso recorte sendo entre 2016 e 2014 porque ela dá conta de um olhar amplo sobre o financiamento da universidade. E sobre a própria universidade em si. Nós vemos um financiamento flutuante e que termina em um crescente durante a década dos anos 2000. E uma nova grande flutuação entre a década dos anos 2010.

Em 2011, acompanhando a política do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), houve um aumento de verbas, acompanhando o aumento de vagas em nível de graduação, sobretudo, bem como uma maior quantidade de vagas por meio de concursos públicos de técnico-administrativos e docentes. Importante situarmos politicamente esse aumento de recursos. Os governos Lula 1 e Lula 2 entre 2003 e 2010. E o governo Dilma 1 entre 2011 e 2014. O governo Dilma 2 foi atravessado por um impeachment e foi sucedido por dois governos que descontinuaram o volume de recursos para a UFRJ. E não só para a UFRJ, foi algo de caráter nacional.

Costumamos usar o ano de 2014 como modelo de orçamento. Por conta do valor e pela relativa ausência de contingenciamento. A partir de 2015, há uma piora por conta do contingenciamento. No gráfico o valor está maior do que 2014, porém há contingenciamento. Para o período estudado nesse artigo, houve contingenciamentos entre 2016 e 2022. Em 2023 e 2024 o orçamento continua longe de ser o adequado. No entanto, temos a expectativa de não haver novos contingenciamentos. Não temos como dizer, no momento de escrita deste trabalho, se essa expectativa irá se concretizar ou não. Saber que o valor nominal anunciado para determinado ano será de fato executado permite um planejamento melhor elaborado.

Figura 2 - Despesas de Exercícios Anteriores

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
ANO	VALOR
2023	79.868.093,00
2022	20.423.477,50
2021	10.895.796,72
2020	39.849.390,31
2019	69.850.315,53
2018	64.496.095,23
2017	60.123.436,12

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

Fonte: Dados da Pró-Reitora de Planejamento e Finanças no jornal da AdUFRJ (2024)

A figura 2 representa um problema, que se tornou recorrente na instituição desde 2017: as despesas de exercícios anteriores. Logo após dois anos – 2015 e 2016 – de insuficiência de recursos. Naturalmente, nossos gestores se esforçaram em estudar e planejar onde seriam feitos os cortes e onde deixariam de ser feitos os investimentos previstos. Porém, mesmo com esse planejamento, há um limite. E quando não há mais de onde tirar ou onde economizar? As contas atrasam, as instituições precisam entrar em negociação com concessionários de luz, de água, negociações com as empresas contratadas de trabalhadores terceirizados. E, além disso, aconteceu de começarmos a arrastar dívidas a cada ano. Nós, autores, e nós, comunidade acadêmica, tivemos de nos acostumar com aprovação no Conselho Universitário, nosso órgão maior, de orçamentos previstos maiores do que os orçamentos disponíveis. Em outras palavras, tivemos que admitir enquanto instituição que faríamos dívidas. E o problema é que esses são sempre os primeiros valores a ter que ser pagos no início do próximo ano fiscal, pressionando o orçamento daquele momento, é claro.

Figura 3 - Despesas com o funcionamento básico

DESPESAS COM O FUNCIONAMENTO BÁSICO (em milhões)	
DESPESA	VALOR
Energia Elétrica	67,2
Vigilância	61,9
Limpeza	61,8
Alimentação	42,7
Água e Esgoto	38,9
Terceirizados	38,9
Bolsas Acadêmicas	34,5
Extraquadros	26,5
Manutenção dos Campi	21,0
Transporte	12,5
Despesas Outras	40,8
TOTAL GERAL	446,7

Figura 4 - Receita própria realizada

RECEITA PRÓPRIA REALIZADA	
DESPESA	VALOR
2023	R\$ 69.034.798
2022	R\$ 55.899.230
2021	R\$ 47.817.780
2020	R\$ 40.275.174
2019	R\$ 54.778.193
2018	R\$ 54.901.631
2017	R\$ 56.957.451
2016	R\$ 58.348.962
2015	R\$ 56.412.696
2014	R\$ 61.504.453
2013	R\$ 61.766.699
2012	R\$ 59.102.385
Fonte: SIAFI	
TOTAL GERAL	446,7

Fonte: Dados da Pró-Reitora de Planejamento e Finanças no jornal da AdUFRJ (2024)

A reportagem da Seção Sindical dos Professores da UFRJ (AdUFRJ) esclarece que, da verba total que entra, boa parte está comprometida (AdUFRJ, 2024). Como a verba do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por exemplo. Apesar do valor nominal da verba que entra, temos 294 milhões para este ano, porque a verba PNAES só pode ser usada para uma rubrica específica. A reportagem indica que o orçamento mínimo de funcionamento da UFRJ seria de 540 milhões. Ou seja, estamos acumulando dívidas e, além disso, prejudicando as atividades administrativas e acadêmicas. Verbas para bolsas estudantis, congressos, cursos, bem

como para manutenção dos prédios, como já dito, tudo isso está muito prejudicado. Pensamos que parte do desafio nacional do momento é modernizar incluindo. E por inclusão nesse texto estamos dizendo além de incluir somente os mais pobres. Mas incluir também o conjunto de pessoas que nossa democracia ainda não deu conta de incluir melhor, com destaque neste texto para as pessoas com deficiência. E as universidades fazem parte disso.

Conforme podemos ver na figura 3, nossas despesas são altas. Entregamos bastante à sociedade e costumamos estar bem situados nos *rankings* internacionais (França, 2023). Estivemos também, junto às demais universidades federais, na linha de frente do combate à epidemia do covid-19 e estivemos muito próximos de conseguir uma vacina nacional contra a epidemia. A UFRJ-Vac seria um orgulho nacional e só o andamento da elaboração da vacina em tempo real à epidemia já mostra a disposição da universidade em gerar essa demandada solução à população (EHMANN, 2021). Para isso, precisamos conseguir manter uma estrutura que funcione. Como a figura 3, acima, demonstra, nossas contas são altas e a maior despesa é com conta de luz. Em 2019, só conseguimos pagar a conta de luz do mês de janeiro em setembro, e estivemos sob risco real de um apagão, o que prejudicaria todas as atividades, com destaque para nossos hospitais universitários e pacientes internados. (MENDONÇA, 2019)

A figura 4, acima, mostra o que a universidade conseguiu com receitas próprias entre 2012 e 2023. É importante frisar que nesse período de onze anos, houve mudanças nas regras e dificuldade de acessarmos nossa fonte própria. Críticos na época inclusive disseram que era um desestímulo às instituições de ensino de gerar renda própria, dada a dificuldade de acessá-la. Essa figura mostra que a arrecadação própria está muito aquém da necessidade para funcionamento da UFRJ.

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no país possuem diferentes fontes de recurso, entre elas a renda própria e as emendas parlamentares, mas a principal fonte de orçamento é o investimento do governo por meio do Ministério da Educação (MEC). E, para chegar ao total investido, é utilizada a Matriz de Orçamento, Custeio e Capital, mais conhecida como Matriz Andifes, metodologia que reúne uma série de indicadores para alocação de recursos nas IFES. A matriz busca fornecer dados específicos para a compreensão do perfil dos estudantes de cada universidade. O principal indicador utilizado pela matriz é o aluno-equivalente, empregado para fins de análise dos custos de manutenção dos estudantes. São analisados diversos dados para compor esse indicador, como curso, turno, local, tempo médio de permanência, entre outros, nos níveis de graduação, mestrado, doutorado e residência

médica. Também são levados em conta os gastos das universidades com as despesas gerais de custeio. (UFRJ, 2018).

As universidades toparam o desafio de expandir, desafio posto pelo governo e uma aspiração da sociedade, mas depois foram surpreendidas com um orçamento que não acompanhou essa expansão. O próprio crescimento em si da universidade vai fazer o orçamento crescer. É natural. Você não ganha muitos mais alunos e passa a gastar menos. Queremos um orçamento adequado para cumprir com nossa função com a sociedade.

No orçamento que temos, quando há uma urgência, não conseguimos resolver. O último grande exemplo foi o do teto do prédio da Educação Física, citado acima. E, nestes momentos, precisamos pedir ajuda ao Ministério da Educação (MEC) e à Secretaria de Educação Superior (SESU). Mandamos várias cartas para eles. Fazemos carta aberta para a sociedade (OUTRAS PALAVRAS, 2024). Às vezes somos atendidos, às vezes não.

Iniciamos a primeira seção do texto comentando sobre o (sub)financiamento na UFRJ entre 2016 e 2024, para, nas duas seções seguintes, apresentar dados sobre o histórico recente da acessibilidade na instituição bem como dados sobre o fluxo escolar de estudantes. Acreditamos que é importante que o leitor se situe para compreender em que cenário se desenvolveram as mais recentes tentativas de resposta institucional direcionadas à questão da acessibilidade, bem como o quadro real de possibilidades de atendimento aos estudantes, com deficiência ou não.

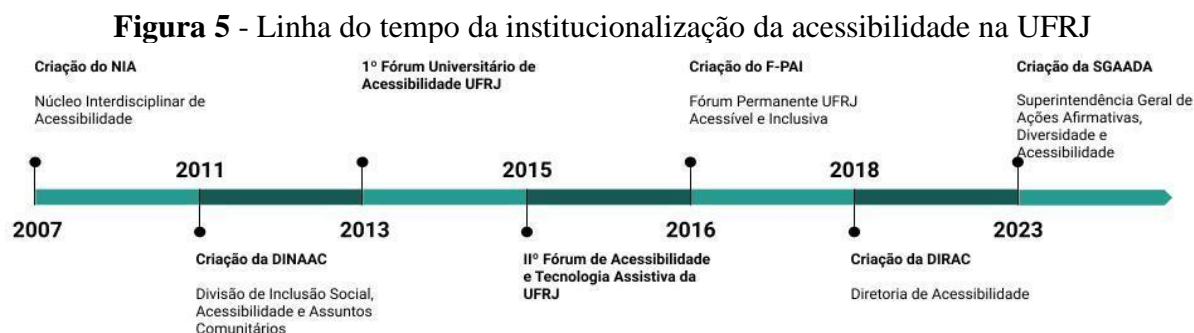
3. BREVE HISTÓRICO DAS INICIATIVAS PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NA UFRJ

Souza (2016) nos traz informações que remontam ao início desse processo. Segundo o artigo, buscando atender às exigências do edital do Programa Incluir, em 2007 foi criado na UFRJ o Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade (NIA). O núcleo, que funcionava com o financiamento do programa, acabou desmobilizado quando do afastamento de sua servidora, em 2009. Com seu retorno, em 2010, um grupo mobilizou tentativa de retomar o NIA. Tal mobilização resultou em uma reunião com a gestão universitária em 2011, na qual o grupo propôs que o NIA, para atingir seu propósito de garantir acessibilidade e inclusão na UFRJ, passasse a ser uma superintendência, que seria ligada diretamente ao Gabinete da Reitoria. A proposta não foi aceita, porém foi criada a Divisão de Inclusão Social, Acessibilidade e Assuntos Comunitários (DINAAC), que incorporou o NIA.

A estrutura criada não atingiu os objetivos almejados, tendo seguimento a busca por maior articulação das iniciativas de acessibilidade e inclusão na UFRJ. Em um cenário de grandes demandas de acessibilidade, a então Superintendência Geral de Políticas Estudantis (SuperEst) e a Agência UFRJ de Inovação organizaram, em conjunto com vários grupos, instâncias, profissionais da UFRJ e parceiros, o 1º Fórum Universitário de Acessibilidade UFRJ (2013). Após a bem-sucedida mobilização de 2013, foi promovido em 2015 o IIº Fórum de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva da UFRJ, que, além da participação de diversos atores, recebeu apoio de membros da nova gestão. A partir do crescente reconhecimento dado à causa, surgiu, em 2016, o Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva (F-PAI).

Sendo o F-PAI um órgão consultivo que atuava junto à DINAAC, detectou-se a necessidade de uma instância de deliberação e execução de demandas. Em 2018 foi criada a Diretoria de Acessibilidade (DIRAC), com a função de elaborar e implementar a política de acessibilidade da UFRJ, estabelecendo a articulação institucional necessária e fomentando iniciativas de fortalecimento da temática de acessibilidade nos eixos de ensino, pesquisa e extensão. Originalmente vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria, com a reestruturação ocorrida em 2022, tornou-se uma instância da Administração Central desvinculada do Gabinete.

Em 2023 foi criada a Superintendência Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade (SGAADA), com a missão de atuar na liderança e coordenação das iniciativas políticas voltadas para a promoção da igualdade, inclusão e acessibilidade, e a DIRAC passou a ser uma de suas diretorias. No presente momento, existe a expectativa de que a estrutura atual venha a permitir um fortalecimento mútuo entre os diferentes movimentos. A figura 5, abaixo, ilustra a linha do tempo aqui relatada.



Fonte: Elaboração própria com apoio dos dados do texto A Inclusão No Ensino Superior: Implantação de Políticas de Acessibilidade na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Nesse contexto, a DIRAC segue atuando na tentativa de viabilizar uma UFRJ mais inclusiva, empreendendo esforços para evitar a evasão de alunos com deficiência e para

promover a acessibilidade. Entre as muitas necessidades relatadas na UFRJ, estão: assistência de profissionais como leitor, transcritor, intérprete de Libras; aquisição de equipamentos de uso individual; melhorias estruturais nas dependências da universidade; impressão de provas adaptadas; além dos pedidos de orientação que partem dos profissionais que precisam repentinamente lidar com especificidades de alunos com deficiência que recebem em suas unidades. Cabe ao docente garantir que sua disciplina seja ministrada de forma acessível, porém, devido à grande diversidade de necessidades específicas e mesmo a questões legais que atualmente estão ainda em fase de mudança constante, alguns profissionais ainda buscam a Diretoria de Acessibilidade com dúvidas.

O atendimento de tais necessidades requer diversas frentes de atuação, dentro e fora da DIRAC. Desde a disponibilidade de profissionais até a compra de equipamentos, execução de reformas, tudo isso tem um custo para a UFRJ. Com a situação orçamentária que atravessamos, enfrentando cortes e insuficiência de reajustes, não há como esperar que a acessibilidade da universidade também não seja afetada. Como foi dito na seção 1, nós temos prédios que remontam à época do Império. Temos inclusive estruturas tombadas como patrimônio (UFRJ, 2023). Isso também interfere na acessibilidade, pois esses prédios foram construídos conforme a norma da época e precisam passar por adaptações.

No campo dos profissionais especializados, a UFRJ ainda conta com servidores Tradutores Intérpretes de Linguagem de Sinais remanescentes de antes do Decreto 10185/19, que vedou o provimento de novas vagas para o cargo.⁵ Tais servidores existem em número muito aquém do necessário para atender às necessidades da universidade. Após decisão judicial sobre ação do Ministério Público Federal, a UFRJ precisou contratar a prestação desse serviço de forma terceirizada. Atualmente a UFRJ conta com Tradutores Intérpretes de Libras terceirizados pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). Esses profissionais fazem a interpretação em aulas, eventos, palestras, avaliações, etc., e também a

⁵ Oportuno mencionar que o cargo foi criado em desacordo com a nomenclatura praticada. Por definição, linguagem refere-se à forma de se comunicar, podendo ser verbal, não verbal ou mista. Ou seja, o uso de gestos pode ser considerado uma forma de linguagem. Já língua é um conjunto de palavras organizadas por regras gramaticais específicas, podendo ser entendida como sinônimo de idioma. Ainda que o trabalho de interpretação seja dinâmico por natureza, e inclua trocas e aprendizados diários devido a diferenças de sinais que existem quer por regionalismo ou quaisquer outras razões, a proficiência exigida dos profissionais é em Libras – Língua Brasileira de Sinais. Dessa forma, o cargo Tradutores Intérpretes de Linguagem de Sinais idealmente se chamaria Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais ou mesmo Tradutores Intérpretes de Libras. O nome Tradutores Intérpretes de Linguagem de Sinais induz ao entendimento de que existe uma Linguagem Brasileira de Sinais, termo que está incorreto e contribui para o equívoco de que Libras é meramente o Português sinalizado em gestos, quando na verdade trata-se de um idioma com regras próprias cujo uso é reconhecido pela Lei 10.436/2002. Para saber mais sobre o assunto, consultar o site:

<<http://www.libras.com.br/libras-e-lingua-ou-linguagem>>. Acesso em 27/06/2024.

tradução de material. Mesmo com a presença dos intérpretes terceirizados ainda estamos longe de poder oferecer, com conforto, esta acessibilidade a todos – em todas as palestras e eventos abertos ao público, por exemplo. Visando a não prejudicar os alunos surdos, criou-se um sistema de solicitações e agendamento que prioriza, após a sala de aula, a atuação dos intérpretes para eventos com a presença de surdos confirmada.

Buscando combater a evasão de alunos com deficiência e promover a inclusão na UFRJ, a DIRAC mantém dois projetos acadêmicos. O projeto Estudantes Monitores para Acessibilidade em Rede (EMAR) seleciona alunos para o desenvolvimento de ações que promovam a articulação entre os campi, centros, unidades, acompanhamento de Estudantes Monitores em Acessibilidade e Inclusão e ações institucionais existentes visando a acessibilidade e a inclusão e que objetivam assegurar a permanência de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação (DIRAC, 2024a). Já o projeto Estudantes Monitores em Acessibilidade e Inclusão (EMAI) promove a assistência direta em atividades acadêmicas a alunos com necessidades específicas, tendo em vista que a UFRJ não conta com profissionais que possam acompanhar tais alunos em sala de aula quando necessário. Os monitores da DIRAC recebem um auxílio no valor de R\$700,00 (setecentos reais) por mês e podem ser pessoas com ou sem deficiência, sendo a atuação nos projetos uma oportunidade de convívio com a diversidade humana e também de obter um diferencial em sua formação profissional. (DIRAC, 2024b). Atualmente a verba do Programa Incluir recebida pela UFRJ tem sido destinada ao custeio de tais programas, conforme desenvolveremos mais à frente. Embora os projetos agreguem para ambos os lados envolvidos, não se pode desprezar a necessidade de mais servidores para atuar na área. Temos o desafio de atender demandas que versam sobre as mais diversas necessidades, tendo em vista o caráter plural que não podemos permitir que seja esquecido sob a égide do termo “pessoa com deficiência”. Como respeitar tais individualidades e oferecer os diferentes suportes que se fazem necessários a cada caso, se nem mesmo profissionais e estrutura suficientes para o oferecimento daquilo que é mais básico nós temos?

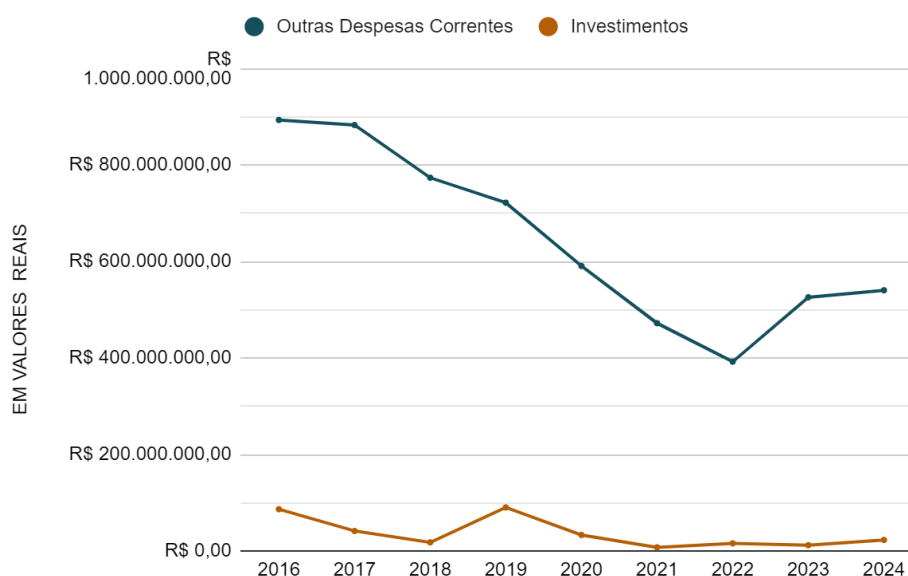
Há que se considerar que nem só de auxílios para alunos se faz a inclusão. Para se ter uma ideia, segundo o Painel Orçamentário-Financeiro da UFRJ, o valor pago à FENEIS referente à prestação de serviços em 2023 foi de R\$ 2.439.093,39 – quase 5 (cinco) vezes o valor da verba do Programa Incluir para aquele ano, que foi de R\$ 491.498,00 (valores nominais). Trata-se do suprimento de apenas uma entre as diversas necessidades específicas que pode ser necessário considerar na promoção da inclusão e da acessibilidade. Em regra, o

valor que viabiliza a presença dos intérpretes terceirizados vem do Orçamento Geral da UFRJ.

Reformas, equipamentos, contratos – qualquer gasto que precise ser implementado – torna-se inviável quando sequer os custos básicos operacionais de uma instituição estão garantidos. Conforme visto na seção 1 deste artigo, a UFRJ vem passando por redução no volume de financiamento e recorrentes contingenciamentos. Na figura 6, abaixo, mesmo sem o recorte das despesas discricionárias, podemos observar, em valores reais, a evolução do orçamento da UFRJ desde 2016, complementando informações da figura 1, presente na seção 1 do texto.

Figura 6 - Evolução do Orçamento Geral da UFRJ

Despesas Correntes e Investimento: Evolução 2016 - 2024

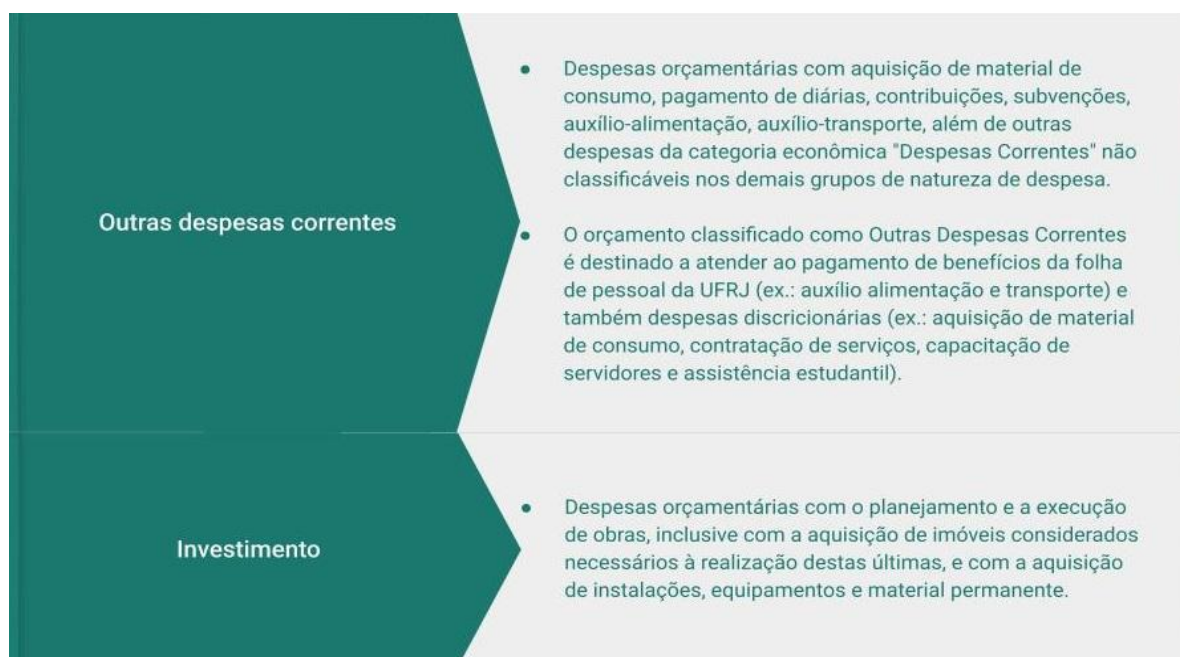


Fonte: Elaborado com dados do Painel do Orçamento Federal do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) atualizados pelo IGP-M⁶

Entende-se por despesas orçamentárias correntes aquelas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem capital. Despesas orçamentárias de capital são aquelas que contribuem diretamente para formação ou aquisição de um bem de capital. No quadro a seguir, temos uma explicação mais detalhada dos grupos de despesa abordados neste artigo.

⁶ Utilizamos a calculadora do Banco Central para atualizar os dados da figura 6 e da tabela 1. Para maiores informações, acessar <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1> Acesso em 03/07/2024.

Quadro 1 - Legenda de Grupos de Despesa



Fontes: Elaborado com dados do Manual de Despesa Nacional e do Relatório de Gestão UFRJ 2023

4. ORÇAMENTO ESPECÍFICO E DADOS SOBRE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA UFRJ

A Diretoria de Acessibilidade (DIRAC) atualmente administra o uso da verba do Programa Incluir, que é um programa voltado a garantir o acesso pleno de pessoas com deficiência às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Sua criação, no eixo de acesso à educação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limite, objetivou fomentar núcleos de acessibilidade nas IFES que organizem ações para eliminar barreiras de acessibilidade (BRASIL, 2013).

Como podemos observar na tabela a seguir, de 2017 a 2021 não há referência no Painel do Orçamento Federal acerca do recebimento da verba do Programa Incluir. Sabe-se que houve ações dentro da temática durante esse período, porém não foi possível levantar informações mais detalhadas sobre o valor destinado a esse fim. Também não se descarta a possibilidade de outras fontes de orçamento terem sido utilizadas de forma complementar mesmo nos anos em que consta recebimento da verba do Programa Incluir.

Tabela 1 - Verba do Programa Incluir

Ano	Plano Orçamentário	Grupo de Despesa	Dotação Inicial corrigida	Dotação Atual corrigida
2016	Viver sem limite – PROGRAMA INCLUIR	Outras Despesas Correntes	R\$ 402.419,00	R\$ 402.419,00
	Viver sem limite – PROGRAMA INCLUIR	Investimentos	R\$ 143.260,66	R\$ 143.260,66
2021	Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior	Outras Despesas Correntes	R\$ 65.177,01	R\$ 162.514,83
2022	Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior	Outras Despesas Correntes	R\$ 533.574,21	R\$ 533.574,21
2023	Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior	Outras Despesas Correntes	R\$ 292.367,83	R\$ 495.490,54
	Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior	Investimentos	R\$ 203.122,71	R\$ 0,00
2024	Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior	Outras Despesas Correntes	R\$ 487.253,00	R\$ 500.000,00
	Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior	Investimentos	R\$ 123.192,00	R\$ 127.159,00

Fonte: Dados do Painel do Orçamento Federal do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) atualizados pelo IGP-M

A verba do Programa Incluir chega atualmente à universidade dividida entre os Grupos de Despesa: Investimento e Outras Despesas Correntes. Dentro do grupo Outras Despesas Correntes se enquadra o pagamento de auxílios para estudantes participantes de projetos que promovam a acessibilidade e a inclusão na UFRJ. Já a parte destinada a investimentos visa à aquisição de bens que se enquadrem no objetivo do Programa Incluir. Entretanto, a alta demanda recebida pelo projeto EMAI pode ocasionar o consumo de toda a verba com os projetos. Quando isso ocorre, o valor inicialmente destinado a investimentos se faz necessário para diminuir o número de demandas não atendidas e é convertido para complementar o valor de despesas correntes. Para ilustrar a presente explicação, podemos observar na tabela 1 que houve a conversão do valor de investimento para despesas correntes no ano de 2023.

Embora não tenha sido possível precisar o número de alunos com deficiência com matrícula ativa no ano passado, vamos utilizar o levantamento atual (tabela 2) para uma comparação aproximada. Excluindo-se os ingressantes em 2024 e tomando por base apenas os alunos que ingressaram de 2016 a 2023, o número de matrículas ativas no momento da pesquisa

era de 824, então vamos utilizar esse número como referência para 2023. Ao final de 2023 o então projeto Facilitadores de Aprendizagem (atual EMAI) contava com oitenta e nove alunos atuantes, e o projeto Acessibilidade em Rede (atual EMAR) com onze. Em um cálculo simples, encontramos a proporção de 1 monitor da DIRAC a cada 8,24 alunos com deficiência. Já ao incluir os ingressantes em 2024, o total de alunos com deficiência sobe para 1010. Para atingir em 2024 a mesma proporção estimada para 2023, o número de monitores da DIRAC em 2024 deveria ser de 123.

Considerando que os projetos tenham vigência de 12 meses e assumindo que em 2024 a totalidade da verba do Programa Incluir seja destinada ao custeio dos mencionados projetos, o orçamento cobriria uma média de apenas 74 monitores ao mês. Se, por outro lado, o valor de investimento for utilizado para sua destinação original, restando para os projetos o valor próprio das despesas correntes, a média de auxílios cai para 59 ao mês.

Não há aqui intenção de indicar quantos alunos são atendidos por cada monitor de um ou de outro projeto, nem mesmo é possível afirmar se o quantitativo anterior era suficiente. Tratou-se o cálculo apenas de mera comparação entre o ano último e os dados do primeiro semestre do atual, pois entende-se que o tamanho e alcance dos projetos deve aumentar ou diminuir em proporção direta ao quantitativo do público-alvo em potencial (alunos com deficiência).

Tabela 2 - Grupo 1: alunos com deficiência informada

Ano de ingresso	Alunos com deficiência	Com deficiência ativo	Com deficiência trancado	Com deficiência concluinte	Com deficiência cancelado	Com deficiência mobilidade
2016	113	38	2	28	45	0
2017	196	45	4	53	94	0
2018	241	85	8	51	97	0
2019	199	106	6	14	73	0
2020	203	107	9	4	82	1
2021	196	128	8	1	58	1
2022	218	159	9	0	50	0
2023	178	156	3	0	19	0
2024	191	186	1	0	4	0
2016 a 2024	1735	1010	50	151	522	2

Fonte: Informações do banco de dados interno do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica extraídas pela Pró-Reitoria de Graduação em 13/05/2024⁷.

⁷ As informações utilizadas nas tabelas 2 e 3 são dados disponíveis às equipes que trabalham com o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica. Os dados ainda não estão trabalhados o suficiente para serem disponibilizados para livre acesso.

Tabela 3 - Grupo 2: alunos sem deficiência informada

Ano de ingresso	Alunos sem deficiência informada	Sem deficiência ativo	Sem deficiência trancado	Sem deficiência concluinte	Sem deficiência cancelado	Sem deficiência mobilidade
2016	11208	1373	130	4256	5448	1
2017	11251	2180	158	3658	5250	5
2018	11531	3723	205	2743	4829	31
2019	11388	5639	289	1123	4267	70
2020	10711	6416	375	151	3698	71
2021	10135	6651	496	17	2946	25
2022	10439	7899	343	17	2179	1
2023	10480	9150	177	0	1153	0
2024	5826	5759	4	0	63	0
2016 a 2024	92969	48790	2177	11965	29833	204

Fonte: Informações do banco de dados interno do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica extraídas pelo Pró-Reitoria de Graduação em 13/05/2024.

Quadro 2 - Legenda de situação de matrícula

Ativo	Alunos cursando sua formação regularmente
Trancado	Alunos que solicitaram trancamento ou não se inscreveram em disciplinas no período
Concluinte	Alunos com vínculo encerrado devido à conclusão de curso
Cancelado	Alunos com vínculo encerrado por qualquer motivo diferente de conclusão de curso (a pedido; por abandono; por sanção disciplinar; por ultrapassar o prazo máximo de integralização curricular ou por cursar sem aproveitamento a mesma disciplina por quatro vezes)
Mobilidade	Alunos cursando disciplinas em outra instituição

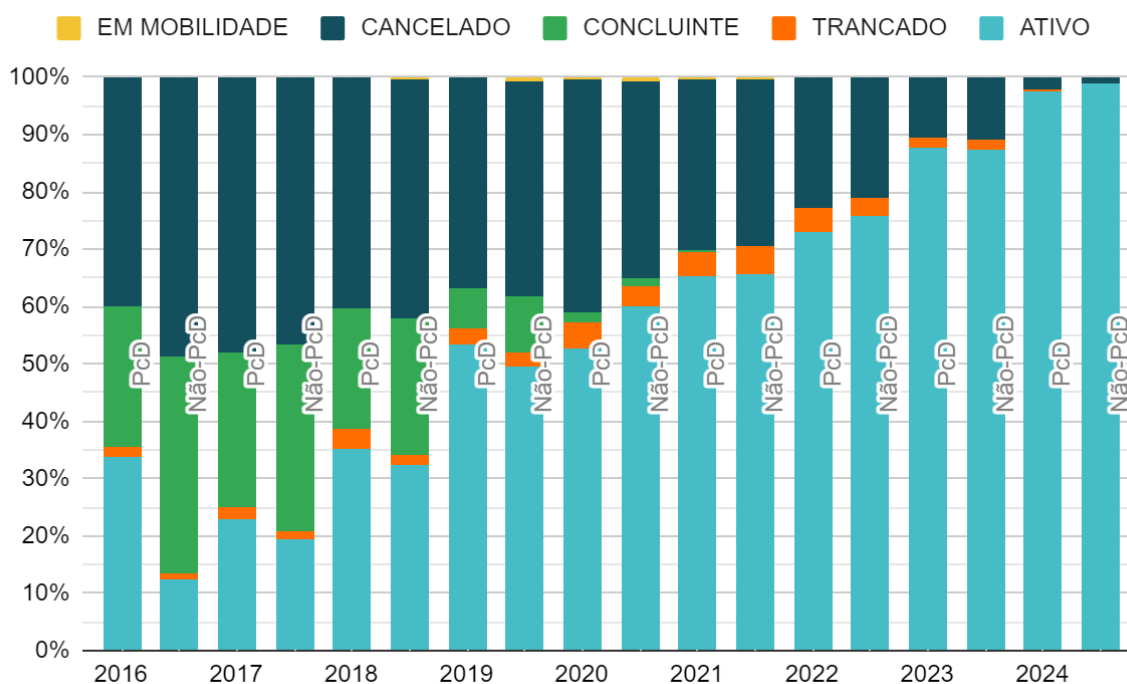
Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Graduação.

No quadro 2, trazemos as definições de diferentes situações possíveis para as matrículas dos alunos. Note-se que há diferenças entre a nomenclatura geral do sistema e a aqui apresentada. Os casos foram agrupados para possibilitar melhor análise dos dados, ou seja: todos os tipos de matrícula ativa foram agrupados sob o rótulo de “ativo”, enquanto no caso das

matrículas canceladas estas foram desagrupadas para permitir diferenciação entre o encerramento de vínculo por conclusão ou sem conclusão de curso. Também optou-se por exibir os casos de trancamento – situação de natureza temporária – à parte daqueles que constam em cancelamento – situação tratada como definitiva, pois sua reversão é considerada a exceção e não a regra.

Por figurarem os grupos em diferentes ordens de grandeza, e para melhor visualização, permitindo a comparação de situação de matrículas ano a ano, o gráfico abaixo foi construído com os dados das tabelas 2 e 3 convertidos para porcentagem, da seguinte forma: $N/T \times 100$, onde N é o número representado e T é o total de ingressantes de seu grupo naquele ano.

Figura 7 - Comparação entre as situações de matrícula



Fonte: Criado com base em informações do banco de dados interno do SIGA

Os números das tabelas 2 e 3 retratam a situação das matrículas em 13/05/2024, momento da extração de dados do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA). Não foi possível levantar mais informações quanto à data e/ou circunstâncias de cada evento (conclusão, cancelamento, etc).

Neste trabalho, não houve diferenciação por curso ou unidade, nem entre graduação e pós-graduação, sendo considerado para ambos os grupos apenas o ano de ingresso.

Para melhor entendimento dos dados apresentados neste artigo, cabe esclarecer como são detectados os alunos com deficiência pelo SIGA. Há duas formas de identificar que um

aluno é pessoa com deficiência: a primeira é o acesso por meio de cotas na modalidade “pessoa com deficiência“, caso em que a informação é registrada desde o início em sistema, sendo possível verificar seu quantitativo exato. A outra forma é a autodeclaração, quando o aluno ingressa por meio de ampla concorrência e posteriormente informa ser pessoa com deficiência. Cabe ressaltar que os dados dos alunos são protegidos pela Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados). Ainda assim, a autodeclaração é opcional – salvo se o aluno desejar ter acesso a alguma ação afirmativa voltada para esse público ou exercer direito exclusivo de pessoas com deficiência. Entre os autodeclarados, devemos sempre considerar a possibilidade de subnotificação: há pessoas que não informam suas deficiências por receio de se sentirem expostas, serem prejudicadas, terem que lidar com preconceitos ou mesmo por mera opção pessoal. Para o exposto e abordado neste artigo, buscou-se uma visão ampla e mais generalizada do todo, sem maiores detalhamentos.

Por isso, estão reunidos sob o mesmo termo ambos os casos: tanto ingressantes por cotas quanto autodeclarados serão aqui tratados como alunos com deficiência, sem distinção. Todas as deficiências e condições legalmente equiparadas cadastradas no SIGA estão incluídas no levantamento de dados, sem distinções sobre as características específicas ou os tipos de acessibilidade necessários a cada caso. Todos os demais alunos – aqueles que nem entraram por meio de cotas para pessoas com deficiência e nem fizeram posterior autodeclaração – estão reunidos sob o termo “sem deficiência informada” ou apenas “sem deficiência”.

Com base nos dados levantados, é possível observar que quando se trata de alunos ingressantes em 2016 a porcentagem de matrículas ativas em 2024 é significativamente maior entre as pessoas com deficiência (Grupo 1) do que entre aquelas sem deficiência informada (Grupo 2) – proporção que se torna mais equilibrada entre os ingressantes em anos mais recentes, chegando a se inverter. O quadro atual sugere um tempo médio de integralização maior entre os alunos com deficiência, sendo necessário maior detalhamento para apurar o significado desta discrepância e o quanto ela poderia ser minimizada com ações de inclusão e acessibilidade.

Observa-se que apenas no caso de alunos que ingressaram em 2016, a porcentagem atual de matrículas canceladas é significativamente maior entre o grupo 2 do que entre o grupo 1, tornando-se mais equilibrada entre os ingressantes em anos posteriores. Não é possível afirmar sem acesso a dados mais detalhados, mas tal divergência pode estar relacionada a um maior prazo para integralização concedido a alunos com deficiência como uma tentativa de compensar, ainda que parcialmente, as desigualdades causadas pelas diversas barreiras de

acessibilidade ainda presentes em nossa realidade. Devemos olhar com cautela para essa concessão, e ter em mente que se trata de uma medida compensatória. Embora parte dos alunos possam precisar de um tempo maior devido a características intrínsecas a suas deficiências, em outros casos a oferta de um ambiente acessível, igualitário e inclusivo permitiria, talvez, aproveitamento acadêmico satisfatório o suficiente para concluir o curso dentro do tempo regularmente previsto. Ainda sobre os cancelamentos, chama a atenção o fato de que uma grande parcela dos alunos que ingressam na UFRJ, com ou sem deficiência, não chegarão a concluir o curso. Essa não é uma realidade restrita à nossa universidade: o relatório *Education at a Glance*, dentro do recorte acerca de cursos de bacharelado ou semelhantes, apontou que no Brasil, mesmo com um prazo adicional de três anos, apenas 43,7% dos homens e 52,4% das mulheres concluíram o curso, contra uma média de 61,2% dos homens e 72,8% das mulheres entre todos países considerados no cálculo, o que reforça a necessidade de mudanças na trajetória da educação brasileira. (OCDE, 2022)

Já a porcentagem de alunos concluintes é inferior no grupo 1 se comparada com a porcentagem de concluintes do grupo 2 entre os que ingressaram de 2016 a 2019. Essa diferença é maior quando olhamos para os alunos que ingressaram há mais tempo e vai se tornando menor entre os que ingressaram há menos tempo, chegando a se inverter a partir de 2020, embora por uma margem muito pequena. Mais uma vez, é concebível a ideia de que os alunos com deficiência estejam levando mais tempo para concluir o curso, mas também não pode ser desconsiderada, apenas com os dados obtidos, a possibilidade de uma porcentagem mais significativa de evasão. Acerca dos ingressantes em 2020, 2021 e 2022, a porcentagem levemente maior de concluintes entre o grupo 1 pode indicar uma tendência maior à exceção (conclusão antes do tempo), pode ter relação com a escolha de cursos ou mesmo ser apenas uma distorção, tendo em vista o número de pessoas com deficiência ser muito menor e qualquer exceção ser mais perceptível no cálculo das porcentagens – bastando, como é o caso, 4 (quatro) alunos do grupo 1 para representar uma porcentagem maior do que 151 (cento e cinquenta e um) alunos do grupo 2, e 1 (um) aluno para representar uma porcentagem maior do que os 17 (dezessete).

Destaca-se também a virtual ausência de alunos com deficiência em situação de mobilização: mesmo se tratando de uma situação com poucos casos, a porcentagem entre os alunos do grupo 1 é ainda menor. Projetos que aumentem a participação desse público em programas de intercâmbio e semelhantes podem ser um interessante campo de estudo e uma forma de inclusão a ser mais bem trabalhada.

Considerando o valor total da verba do Programa Incluir para o ano atual, estima-se que o número médio de monitores ao mês, em ambos os projetos da DIRAC somados, seja de no máximo 74. Mantendo a proporção existente ao final de 2023 (89 EMAI e 11 EMAR), chegamos a uma estimativa de 8 EMAR e 66 EMAI ao mês, em média. Considerando o arranjo mais comum, que é de 1 (um) EMAI por aluno assistido, chegamos a aproximadamente 66 alunos com deficiência sendo diretamente assistidos por um monitor da DIRAC em suas atividades acadêmicas. A título de ilustração, considerando apenas os ingressantes entre 2016 e 2024, esse número representaria aproximadamente 6,5% (seis e meio por cento) do número de discentes com deficiência com matrícula ativa no momento da pesquisa. É importante ressaltar que a mera existência de deficiência não implica em uma procura por esse ou outro tipo de acessibilidade. Grande parcela dos alunos com deficiência pode não necessitar da assistência dos projetos da DIRAC nem solicitar qualquer acomodação a suas unidades em nenhum momento de sua trajetória acadêmica. Entretanto, a própria definição de deficiência⁸ leva a crer que parte daqueles que obtêm sucesso acadêmico mesmo sem as devidas adaptações o faz às custas de sacrifícios que não deveriam ser necessários – seja na perda de sua qualidade de vida, em um tempo muito maior investido na formação ou, muitas vezes, nos prejuízos a sua saúde mental. À pessoa com deficiência, cabe a opção de usar ou não quaisquer ferramentas de acessibilidade disponíveis, de acordo com suas necessidades individuais. À Administração Pública, cabe disponibilizá-las e tornar essa opção possível.

A garantia dos direitos da pessoa com deficiência requer atuação em diversas frentes, como aquisição de equipamentos, adequação da infraestrutura e mesmo capacitação sobre o tema para servidores. Tudo isso tem um custo. O valor da verba do Incluir não chega perto do necessário para cobrir as despesas ligadas à garantia desses direitos na universidade e deve ser apenas complementar no processo de criação de uma UFRJ inclusiva.

Consideremos agora a seguinte situação: um aluno surdo precisa fazer uma viagem de campo em um final de semana para ser avaliado em determinada disciplina. Para isso, precisará de um intérprete de Libras. Essa viagem pode não ser coberta pelo contrato da FENEIS, e mesmo que seja viável enviar um servidor intérprete haverá um custo a mais. Nessa situação hipotética, a viagem do intérprete tem um custo financeiro e demanda planejamento, assim como a dos alunos da disciplina, e esse custo e planejamento precisam ser incluídos previamente

⁸ Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

nos cálculos e na organização. Inclusão é aceitar que o aluno tem o direito de estar ali, ainda que seja uma disciplina optativa, e garantir esse direito de forma igualitária.

Agora multiplique-se isso pela quantidade de alunos que pode se ver em situação semelhante. O aumento do número de alunos com deficiência não nos permite seguir improvisando e tratando como rara exceção situações que exigem planejamento, tanto pelo aspecto financeiro quanto pelo organizacional. Acessibilidade e inclusão só existem se estiverem presentes em todos os ambientes.

Há vezes em que o aluno sente a necessidade de buscar diretamente a Diretoria de Acessibilidade para se informar sobre algum direito ou mesmo para se sentir acolhido, ouvido, considerado. A DIRAC precisa ter estrutura suficiente para poder receber e auxiliar esses alunos, mas não pode ser a única porta que eles encontram aberta. Não há acessibilidade centralizada em uma sala, um setor, uma diretoria. Como servidores, devemos, agora, hoje, atuar na conscientização de que é preciso escolher a acessibilidade no dia-a-dia. Ao conceber um projeto novo, é preciso já concebê-lo acessível. Ao criar uma política pública, é preciso criá-la acessível, desde o início do planejamento, sempre e em todos os casos – não apenas naqueles notoriamente voltados para as pessoas com deficiência. Uma política pública não é para todos se for excludente. Se não há uma busca, um movimento nessa direção por parte daqueles que têm a competência de moldar o ambiente em que os alunos estão inseridos, nenhum esforço centralizado será suficiente.

Como agentes públicos, temos a oportunidade de fazer política pública diariamente. E ainda há servidores que oferecem resistência a adequações de acessibilidade na universidade. Felizmente, há também muitos profissionais conscientes dos direitos desses alunos, inclusive docentes que encontram soluções criativas e inovadoras para adaptar sua didática e todo o conteúdo de forma a não prejudicar alunos com necessidades específicas em sala. É preciso reconhecer – e fazer conhecer – as iniciativas que estão espalhadas pelas unidades, que foram criadas de forma totalmente descentralizadas mas podem vir a servir de exemplo para que outros se espelhem em tais ações. Também nisso temos uma caminhada pela frente. A comunicação é uma ferramenta necessária para conscientizar as pessoas de que acessibilidade e inclusão se fazem todos os dias, em todos os lugares. Nesse contexto, reforçamos ainda mais uma vez a importância do bom funcionamento de um órgão que promova o diálogo entre as ações e demandas relacionadas ao tema.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou demonstrado o subfinanciamento crônico da UFRJ, que reflete em todas as áreas da universidade, inviabilizando, inclusive, um maior investimento em ações de combate às barreiras de acessibilidade. O sucateamento da educação pública é uma típica profecia autorrealizável: investe-se menos do que o apropriado nas IFES com o argumento de que não são eficientes, e como consequência do subfinanciamento as IFES enfrentam dificuldades cumulativas de apresentar bons resultados. Como ficou demonstrado, não é diferente com a promoção da inclusão: o investimento em acessibilidade que se seguiu à política de cotas é insuficiente para tornar o ambiente inclusivo. Outro aspecto mencionado foi a carência de servidores, que vem impactando a institucionalização da acessibilidade na UFRJ desde a criação do primeiro núcleo voltado para esse objetivo.

Durante a escrita deste texto, nos deparamos com assuntos que suscitam interesse em maiores averiguações. Dentre as possibilidades de futuros estudos, destacamos o aprofundamento nas causas de cancelamento em ambos os grupos e no maior tempo de integralização entre os alunos com deficiência. Nessa seara, uma análise da situação das Comissões de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) da UFRJ e o levantamento da situação da acessibilidade em cada unidade da universidade podem igualmente vir a trazer contribuições para o debate. Outra situação que julgamos pedir maior análise é a viabilidade da participação de alunos com deficiência em programas de mobilidade.

Acreditamos que cada ação individual praticada no dia-a-dia por nós, servidores, pode fazer a diferença. Entretanto, é importante buscar a garantia de direitos por meio da institucionalização da acessibilidade e da inclusão, dando forma e caráter permanente ao respeito pela diversidade humana na UFRJ. Com esse artigo, esperamos ter contribuído para a conscientização que pavimenta o longo caminho da igualdade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a gentileza do servidor técnico-administrativo Ricardo Storino (PR1/UFRJ) em nos fornecer dados que foram fundamentais para a estruturação do texto e para as reflexões contidas neste artigo. Agradecemos também ao servidor técnico-administrativo Hezozemo Candido (PR3/UFRJ) por nos ajudar a extrair informações referentes ao orçamento.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do cidadão**. Disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1>>. Acesso em 03/07/2024.

BRASIL (2013). **Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192> Acesso em 05/06/2024.

BRASIL, Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em 08/07/2024.

BRASIL, Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em 08/07/2024.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 02/07/2024.

BRASIL, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/113709.htm>. Acesso em 03/07/2024.

BRASIL, Lei 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm>. Acesso em 08/07/2024.

BRASIL. **Manual de Despesa Nacional**. Brasília: STN/Coordenação-Geral de Contabilidade, 2008. Disponível em <https://www.cjf.jus.br/cjf/orcamento-e-financas/manuais/Manual_Despesa_Nacional.pdf/at_download/file>. Acesso em 16/06/2024.

CRISTIANO, Almir. **Libras é língua ou linguagem?** Libras, 2017. Disponível em <<https://www.libras.com.br/libras-e-lingua-ou-linguagem>> Acesso em 27/06/2024.

EHMANN, Marcia. **UFRJVac: expectativa é que testes em humanos comecem em novembro**. Centro de Tecnologia, 12 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://ct.ufrj.br/tag/ufrjvac/>>. Acesso em 26/06/2024

FRANÇA, Victor. **UFRJ sobe em ranking internacional e se mantém como melhor universidade federal do Brasil**. Conexão UFRJ, 28 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://conexao.ufrj.br/2023/09/ufrj-sobe-em-ranking-internacional-e-se-mantem-como-melhor-universidade-federal-do-brasil/>>. Acesso em 26/06/2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (IPPUR). **Sete anos do incêndio no antigo Prédio da Reitoria da UFRJ: causas, consequências e desafios.** Boletim do IPPUR nº 74, 31/10/2023. Disponível em: <<https://ippur.ufrj.br/sete-anos-do-incendio-no-antigo-predio-da-reitoria-da-ufrj-causas-consequencias-e-desafios/>>. Acesso em 26/06/2024.

MARQUES, Jéssica. **As ruínas da UFRJ: estudo mostra que metade dos prédios da universidade precisa de obras.** O Globo, 11/05/2024. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/05/11/as-ruinas-da-ufrj-estudo-mostra-que-metade-dos-predios-da-universidade-precisa-de-obras.ghtml>>. Acesso em 26/06/2024.

MARQUES, Jéssica. **Muro de Ginásio da Escola de Educação Física da UFRJ desaba, e aulas são suspensas por tempo indeterminado.** O Globo, Rio de Janeiro, 02/05/2024a. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/05/02/muro-de-ginasio-da-escola-de-educacao-da-ufrj-desaba-e-suspende-aulas-por-tempo-indeterminado.ghtml>> . Acesso em 26/06/2024

MENDONÇA, Alba Valéria. **UFRJ não consegue pagar conta de luz desde janeiro, diz reitora.** G1 Rio em 08/07/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/08/ufrj-nao-consegue-pagar-conta-de-luz-desde-janeiro-diz-reitora.ghtml>>. Acesso em 26/06/2024

MIATO, Bruna. **Desigualdade no Brasil: rendimento mensal do 1% mais rico é 40 vezes maior que dos 40% mais pobres.** G1, 19/04/2024b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/04/19/desigualdade-no-brasil-rendimento-mensal-do-1percent-mais-rico-e-40-vezes-maior-que-dos-40percent-mais-pobres.ghtml>>. Acesso em 26/06/2024.

MUSEU NACIONAL. **O incêndio de 2018.** Site do Museu Nacional. Disponível em: <https://www.museunacional.ufrj.br/see/o_incendio_de_2018.html>. Acesso em 26/06/2024.

OCDE (2022), **Education at a Glance 2022: OECD Indicators**, OECD Publishing, Paris. Disponível em <<https://doi.org/10.1787/3197152b-en>>. Acesso em 28/06/2024.

OUTRAS PALAVRAS. **Carta Aberta em Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).** Publicado em 28/05/2024. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-brasileira/ufrj-a-universidade-publica-respira-por-aparelhos/>>. Acesso em 26/06/2024.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UFRJ (AdUFRJ). **Receitas pela metade, dificuldades em dobro.** Jornal da AdUFRJ, nº 1319, 24/05/2024. Disponível em: <<https://www.adufrj.org.br/images/WEB-JORNAL-1319.pdf>>. Acesso em 26/06/2024.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (SINTUFRJ). SINTUFRJ, Rio de Janeiro, 15/12/2023. **Consuni aprova relatório sobre proposta de orçamento.** Disponível em: <<https://sintufrj.org.br/2023/12/consuni-aprova-relatoria-sobre-proposta-de-orcamento/>>. Acesso em 26/06/2024.

SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SIOP). **Painel do Orçamento Federal.**

https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06. Acesso em 05/06/2024.

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ACADÊMICA (SIGA). **Dados extraídos do banco de dados interno pela Pró-Reitoria de Graduação (PR1) em 13/05/2024.**

SOUZA, Iris Mara Guardatti et al. **A inclusão no ensino superior: implantação de políticas de acessibilidade na universidade federal do rio de janeiro.** Anais II CINTEDI. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/22591>>. Acesso em 02/07/2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Escritório Técnico da Universidade - ETU. **Inventário Anual dos Bens Imóveis da Universidade Federal do Rio de Janeiro 2023.** Disponível em <<https://nuvem.ufrj.br/index.php/s/zNkzMZs6RQodWgL>>. Acesso em 16/06/2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Matriz Andifes: perfil do aluno e recursos financeiros.** Conexão UFRJ, 18 de junho de 2018. Disponível em: <<https://conexao.ufrj.br/2018/06/matriz-andifes-perfil-do-aluno-e-recursos-financeiros/>>. Acesso em 30/06/2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças. **Painel Orçamentário-Financeiro da UFRJ.** Disponível em <<https://planejamento.ufrj.br/painel-orcamentario/>> Acesso em 22/06/2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, 2024. Relatório de Gestão UFRJ 2023. Disponível em <<https://planejamento.ufrj.br/wp-content/uploads/2024/03/Relatorio-de-Gestao-2023-1.pdf>>. Acesso em 16/06/2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Universidades federais sofrem com a falta de financiamento.** Conexão UFRJ, 24/02/2017. Disponível em: <<https://conexao.ufrj.br/2017/02/universidades-federais-sofrem-com-falta-de-financiamento/>>. Acesso em 26/06/2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Diretoria de Acessibilidade - DIRAC, 2024a. **Edital nº 449/2024 – Seleção de Estudantes Monitores para O Projeto Acessibilidade em Rede (EMAR).** Disponível em <https://acessibilidade.ufrj.br/wp-content/uploads/2024/06/SEI_4288659_Edital_449.pdf>. Acesso em 03/07/2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Diretoria de Acessibilidade - DIRAC, 2024b. **Edital Nº 85/2024 – Seleção De Estudantes Monitores Em Acessibilidade E Inclusão (EMAI).** Disponível em <https://sei.ufrj.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=4243084&id_orgao_publicacao=0> Acesso em 08/07/2024.